

## MPF da 4ª Região investe em acordos e desjudicialização



*Justiça Federal 2022 / 2023*, lançado na quinta-feira, dia 2 de [tamente na versão online \(clique aqui para acessar\)](#) e à [mpressa \(clique aqui para comprar\)](#).

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região passou por grande

ampliação em 2022, com a chegada de 12 novos desembargadores. Concretizou, com isso, o seu projeto de descentralização: agora tem duas turmas em Santa Catarina e duas no Paraná, além das oito que funcionam em Porto Alegre. A Procuradoria Regional da República da 4ª Região, por outro lado, não tem previsão de aumento dos seus quadros.

O procurador-chefe Antônio Carlos Welter, no cargo desde outubro de 2021, afirma que a estrutura e as condições de trabalho da PRR-4 são muito boas. “Com a epidemia e o posterior retorno ao trabalho, foram adotadas uma série de providências e inovações, como a melhoria dos sistemas de informática, entre eles o de videoconferência para reuniões internas e sessões no tribunal. O maior desafio talvez tenha sido desenvolver sistemas que precisam ser criados ou adaptados para algo que não estava previsto inicialmente”, disse ao **Anuário da Justiça**. No final de 2022, a PRR-4 trabalhava na modalidade híbrida: três dias presenciais e dois em teletrabalho.

**PROCURADOR-CHEFE MANDATO 1/10/2021-30/9/2023**

## Antônio Carlos Welter



PRR-4

**Nome:** Antonio Carlos Welter

**Nascimento:** 10/10/1968,  
em Três de Maio (RS)

**Gabinete:** Rua Otávio Francisco  
Caruso da Rocha, 800, 9º andar,  
Praia de Belas, Porto Alegre, RS

(51) 3216-2161

prr4-gpc@mpf.mp.br,  
awelter@mpf.mp.br

### CARREIRA

- ▶ Procurador Regional da República (desde 2013). Atuou na PRR-1, em Brasília
- ▶ Procurador da República (1997-2013). Atuou em Criciúma (SC) e em Novo Hamburgo (RS) (1997-2002) e em Porto Alegre. Foi procurador-chefe, por dois mandatos
- ▶ Promotor de Justiça no MP-RS (1993-1997)

### ATIVIDADE ACADÊMICA

- ▶ Bacharel em Direito pela UFRGS (1990); mestre em Ciências Criminais pela Universidade de Coimbra, Portugal (2007)

### INFORMAÇÃO ADICIONAL

- ▶ Premiado com o Anticorruption Award, conferido pela Transparência Internacional (2016)
- ▶ Premiado pelo portal de notícias Global Investigations Review de Londres, pelas boas práticas de combate à corrupção (2015)

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

A PRR-4 tem 44 vagas de procurador regional da República. Há uma vaga em aberto, com a saída de Ângelo Roberto Ilha da Silva para ser desembargador do TRF-4. Em dezembro, chegaram da PRR-3, os procuradores regionais Elton Venturi e Orlando Martello Junior. O procurador Manoel do Socorro retornou à 4ª Região.

### ESTRUTURA 4ª REGIÃO

Procuradores Regionais	44
Procuradores da República	167
Seções Judiciárias	3
Servidores	216

Fonte: PRR-4 em 29/11/2022

O representante do MPF no Cade é da 4ª Região.

Waldir Alves foi reconduzido pelo procurador-geral da República Augusto Aras para integrar a corte administrativa, com mandato até dezembro de 2024. Ele segue atuando no TRF-4 durante esse período.

O núcleo criminal da Procuradoria tem 18 integrantes, com atuação na 4ª Seção, 7ª e 8ª Turmas do TRF-

4. Em 2021, o núcleo atuou em 127 mil casos como *custos legis*. No mesmo ano, 259 inquéritos policiais deram entrada na PRR-4 e duas denúncias foram levadas à Justiça Federal. No total, mais de 18 mil procedimentos chegaram à Procuradoria.

Os procuradores conseguiram emplacar no TRF-4 a tese de que o acordo de não persecução penal (ANPP) não pode ser oferecido ao acusado depois que a denúncia foi recebida. Este entendimento é unânime entre os desembargadores da 4ª Seção. O colegiado também entende que o Poder Judiciário não pode suprimir cláusula estabelecida pelo Ministério Público em ANPP. Segundo o desembargador e negócio

ATUAÇÃO JUDICIAL						
PROCESSOS	2021			2022 (JAN-SET)		
	ENTRADAS	SAÍDAS	PENDENTES	ENTRADAS	SAÍDAS	PENDENTES
Criminal	18.364	18.487	343	18.000	17.992	343
Tutela Coletiva	6.767	6.679	235	5.140	5.237	235
<i>Custos legis</i>	127.425	126.998	2.798	130.247	128.997	2.798
Outros	60	57	1	40	42	1
Total	152.616	152.581	3.377	153.427	152.268	3.377

Fonte: MPF em Números em 12/12/2022

O

procurador-chefe Antônio Carlos Welter afirma que a PRR-4 tem buscado soluções consensuais, com a reparação do dano e o reconhecimento das responsabilidades, “evitando a judicialização, que, além de custosa, pode ser lenta”. Mas, quando o processo judicial é inevitável, o TRF-4 tem sido ágil em dar respostas.

Sobre não caber reserva de meação em bens sequestrados em decorrência de práticas ilícitas, o que é defendido pelos procuradores regionais que atuam no tribunal, o posicionamento tem sido aceito – já no caso de arrestos, quando a medida se dá para garantir quantias financeiras ou em dinheiro, a meação continua preservada. Meação se refere à divisão pela metade dos bens e recursos de um casal, existente em determinados regimes de união.

	2020	2021	2022 (JAN-SET)
Inquéritos policiais (entradas)	221	259	64
Petições iniciais, incluindo ACPs	14	4	52*
Denúncias	1	2	3
Pareceres em processos	32.384	32.481	27.086
Recursos, razões	998	705	396
Recursos, contrarrazões	3.919	4.698	3.284
Ciência favorável	14.325	13.227	10.132
Ciência parcialmente favorável	1.646	1.726	1.270
Ciência desfavorável	1.864	1.881	1.580

\* Inclui 43 petições iniciais eleitorais

Fonte: PRR-4 em 25/10/2022

O núcleo

de atuação na área cível concentra a maior parte dos procuradores regionais: são 23 ao todo, que atuam em processos sobre tutela coletiva, interesses difusos, Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Tributário. Há ainda o Núcleo de Apoio à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, coordenado pelo procurador Paulo Gilberto Leivas, e a Procuradoria Regional Eleitoral, comandada por José Osmar Pumes.

Na área de tutela coletiva, quase sete mil procedimentos deram entrada na Procuradoria em 2021. Atuação de destaque em defesa de povos indígenas se deu em duas ações civis públicas em que o TRF-4 reconheceu e fixou indenização por danos morais coletivos por demora em procedimentos administrativos.

A primeira ação foi proposta em 2018 com pedido de delimitação do território de comunidade da etnia Kaingang, cujo pedido administrativo tramitava na Funai desde 2010. Em 2022, a 3ª Turma do tribunal reconheceu os danos sofridos. Na outra ACP, o estado do Rio Grande do Sul foi condenado a indenizar a comunidade Mb'ya-Guarani pela demora em finalizar o processo administrativo de revitalização da escola da aldeia Tekoã Porã.

Em ano de eleições no país, a PRR-4 propôs 43 petições iniciais eleitorais. No combate às *fake news* na área da saúde, fez parceria com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e com universidades federais para criar a Rede Institucional de Enfrentamento da Desinformação em Saúde. E, em nota conjunta com o MP-RS e o Ministério Público do Trabalho, apontou assédio eleitoral no trabalho.

<b>COMPOSIÇÃO</b>		
<b>PROCURADOR-CHEFE</b> Antônio Carlos Welter	Carolina da Silveira Medeiros Cicero Augusto Pujol Corrêa	Luiz Felipe Hoffmann Sanzi Manoel do Socorro Tavares Pastana
<b>PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA</b> Ana Luisa Chiodelli von Mengden	Claudio Dutra Fontella Cristianna Dutra Brunelli Nácul	Marcelo Veiga Beckhausen Marcus Vinicius Aguiar Macedo
<b>PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL</b> José Osmar Pumes	Douglas Fischer Elton Venturi	Maria Emília Corrêa da Costa Maria Valesca de Mesquita
<b>PROCURADORES REGIONAIS</b> (EM ORDEM ALFABÉTICA)	Fábio Bento Alves Fábio Nesi Venzon	Maurício Gotardo Gerum Maurício Pessutto
Adriana Zawada Melo	Flávio Augusto de Andrade Strapason	Orlando Martello Junior
Adriano Augusto Silvestrin Guedes	Ipojucan Corvello Borba	Paulo Gilberto Cogo Leivas
Alexandre Amaral Gavronski	Januario Paludo	Ricardo Luís Lenz Tatsch
Ana Luisa Chiodelli	João Carlos de Carvalho Rocha	Rodolfo Martins Krieger
Andrea Falcão de Moraes	José Ricardo Lira Soares	Sérgio Cruz Arenhart
Carla Veríssimo da Fonseca	Juarez Mercante	Thaméa Danelon Valiengo
Carlos Augusto da Silva Cazarré	Lafayette Josué Petter	Vitor Hugo Gomes da Cunha
Carlos Eduardo Copetti Leite	Luiz Carlos Weber	Waldir Alves
Carmem Elisa Hessel		

## ANUÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL 2022 | 2023

ISSN: 2238107-4

Número de Páginas: 236

Editora: Consultor Jurídico

Versão impressa: R\$ 40, na [Livraria ConJur](#)

Versão digital: gratuita, acesse pelo site [anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br) e pelo app Anuário da Justiça

### Anunciantes desta edição

Advocacia Fernanda Hernandez

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia  
Basilio Advogados  
BFBM – Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça Advogados  
Bialski Advogados Associados  
Bottini & Tamasauskas Advogados  
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Dannemann Siemsen Advogados  
De Rose Advogados  
Décio Freire Advogados  
Dias de Souza Advogados  
Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados  
D'Urso & Borges Advogados Associados  
Fidalgo Advogados  
Heleno Torres Advogados  
JBS S.A.  
Machado Meyer Advogados  
Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia  
Milaré Advogados  
Moraes Pitombo Advogados  
Mudrovitsch Advogados  
Original 123 Assessoria de Imprensa  
Pardo Advogados & Associados  
Pinheiro Neto Advogados  
Refit  
Sergio Bermudes Advogados  
Warde Advogados

**Date Created**

08/03/2023